



CAPITALISMO PREDATÓRIO E CRISE AMBIENTAL EM UM CONTEXTO DE MULTIPOLARIDADE DO PODER MUNDIAL

Benjamin Alvino de Mesquita¹
Francisco de Paula Dominguez Duran²
Joaquim Shiraishi Neto³
José de Ribamar Sá Silva⁴
Welbson do Vale Madeira⁵

Resumo

Na atualidade, encontra-se potencializado o caráter predatório do capitalismo e se tornaram mais sofisticadas suas formas de expansão, em especial pelo poder do capital financeiro parasitário e das grandes corporações, num processo que Harvey chama de “acumulação por espoliação”, configurando um cenário de “compressão espaço-temporal” do mundo, acumulação que é possibilitada pelos avanços das tecnologias de transporte e de comunicação. O presente texto tem por objetivo discutir dimensões dos conflitos socioambientais e dos impactos sobre a agricultura, num contexto de reconfiguração das relações do poder mundial. Conclui que os conflitos bélicos pelo controle dos recursos naturais e das fontes de energia se intensificam, porém, com a resistência e efetivo protagonismo dos sujeitos sociais na afirmação da justiça ambiental e garantia do direito à vida.

Palavras-chave: Crise ambiental; conflitos socioambientais; multipolaridade.

PREDATORY CAPITALISM AND ENVIRONMENTAL CRISIS IN A CONTEXT OF MULTIPOLAR GLOBAL POWER

Abstract

Currently, the predatory nature of capitalism is intensified, and its forms of expansion are more sophisticated, especially due to the power of parasitic financial capital and corporations, under a process that Harvey calls "accumulation by dispossession," configuring a scenario of "space-time compression" of the world, made possible by advances in transportation and communication technologies. This text discusses some dimensions of socio-environmental conflicts and impacts on agriculture, in a context of reconfiguration of global power relations. It concludes that armed conflicts for the control of natural resources and energy sources are intensifying, but with the resistance and effective role of social actors in affirming environmental justice and guaranteeing the right to life.

Keywords: Environmental crisis; socio-environmental conflicts; predatory capitalism; multipolarity.

Artigo recebido em: 26/05/2026 Aprovado em: 21/08/2026
DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v30nEpe30167>

¹ Professor Titular aposentado e docente nos programas de pós-graduação PPG Políticas Públicas e PPG Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão. Doutor em Geografie, Aménagement et Urbanism, pela Sorbonne Nouvelle/Paris III, e em Políticas Públicas, UFMA. E-mail: benjamin.alvino@ufma.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3026-884X>

² Professor aposentado da Business School da Middlesex University/ Reino Unido. Doutor em Economia Política, pela MDX/ Londres. E-mail: f.dominguez@mdx.ac.uk. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7239-2734>

³ Bolsista Sênior do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão. Doutor em Direito, pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: jshiraishi3@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5428-7295>,

⁴ Professor titular do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão, docente nos programas de pós-graduação PPG Políticas Públicas e PPG Desenvolvimento Socioeconômico e na Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Maranhão. Doutor em Políticas Públicas, pela UFMA. E-mail: jose.sa@ufma.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0585-6049>.

⁵ Professor Associado do Departamento de Economia e docente no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão. Doutor em Desenvolvimento Socioambiental, pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. E-mail: welbson.madeira@ufma.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0958-8894>

1 INTRODUÇÃO

O final da fase que ficou conhecida como “anos dourados do capitalismo”, marcada pelos acordos de Bretton Woods e suas principais instituições (Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD), pela aceleração da acumulação de capital e industrialização em diversos países, também trouxe à tona preocupações mais sistemáticas com problemas ambientais. Essas preocupações se expressaram em nível mundial, principalmente, a partir da Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972, que criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), pela formação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD/ONU), em 1983, e pela publicação do relatório da referida Comissão, em 1987. Nesse relatório foi consolidada a noção genérica de desenvolvimento sustentável, que seria aquele capaz de atender as “necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também as suas” (Brundtland, 1991, p. 9). Como desdobramento das conferências anteriores, em 1992 foi realizada a Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Rio 92), na qual foi aprovada a “Agenda 21”, da qual constam diretrizes relacionadas a problemas ambientais e econômicos. Os atuais ODS (Objetivos do Desenvolvimento do Sustentável), ou Agenda 2030 da ONU (Organização das Nações Unidas), por sua vez, avançam muito precariamente em direção à consecução das 169 metas estabelecidas.

Apesar dos esforços de organismos supranacionais, o cenário predominante no mundo atual nos remete à ideia de distopia, no sentido grego de um “lugar de difícil existência”. A crise ambiental a que o mundo está submetido nos obriga a enfatizar, nos debates e nas ações políticas, as mudanças climáticas enquanto dimensão intrínseca ao caráter predatório da exploração da natureza para acumulação do capital em escala global e do estilo de vida das sociedades que compõem o núcleo (centro) do sistema capitalista. A partir das revoluções industriais, o padrão de acumulação e os estilos de vida no centro foram se tornando mais complexos, em retroalimentação com a expansão, desigual e combinada (na expressão de León Trotsky), do modo de produção capitalista para os espaços periféricos, pela dominação, expropriação, espoliação e destruição de povos e recursos naturais. Contemporaneamente, ainda que a essência de concentração e centralização de riquezas seja a mesma, encontra-se potencializado o caráter predatório da produção capitalista e são mais sofisticadas as formas da expansão e da consolidação, em especial pelo poder do capital financeiro parasitário e das grandes corporações, num processo que Harvey (2014) chama de “acumulação por espoliação”, configurando um cenário de “compressão espaço-temporal” do mundo, possibilitada pelos extremos avanços da tecnologias de transporte e de comunicação.

Os conflitos pelo controle dos recursos naturais e das fontes de energia se intensificam, porém, com a resistência e efetivo protagonismo dos sujeitos sociais na afirmação da justiça ambiental e garantia do direito à vida. O cenário da produção de alimentos na agricultura não está favorável, posto que a divisão internacional do trabalho coloca os espaços periféricos na condição neocolonial de fornecedores das matérias primas para a reprodução do estilo de vida do centro. Os interesses rentistas se impõem na especialização desses espaços em produzir *commodities* e gerar as divisas necessárias para abastecer o sistema da dívida dos países periféricos. Os conglomerados da indústria alimentar empenham-se na imposição de regimes alimentares globais, buscando padronizar as dietas no mundo pela oferta dos produtos alimentícios *ultraprocessados*.

Observa-se hoje, no entanto, a emergência de um contraponto à bipolarização da disputa pela hegemonia mundial, com a afirmação de potências no cenário geopolítico, sobretudo China e Rússia, mas também outros fortes atores situado no hemisfério sul, e especialmente pelas estratégias na cooperação internacional, que se expressam, por exemplo, na consolidação dos BRICS, cujos membros hoje representam mais que 40% do PIB (em paridade do poder de compra) e 48,5% da população do Planeta.

A crise ambiental que o mundo enfrenta no século XXI está diretamente relacionada ao modelo de desenvolvimento neoliberal, excludente e profundamente desigual. A lógica do lucro imediato, impulsionada por grandes corporações, acarreta devastação ambiental, desmatamento, poluição e contaminação de recursos essenciais como a água e o solo.

As causas que impulsionam a crise ambiental estão no modo de produção capitalista e na geopolítica ambiental dos países industrializados, que controlam as instituições e fóruns internacionais correlatos ao assunto, e postergam a concretização de qualquer proposta que vai contra essa lógica de crescimento econômico sem limites e sem impostos ou penalidades contra os poluidores. Entre essas causas as mais conhecidas são a exploração de combustíveis fósseis (petróleo, carvão, gás natural); a poluição industrial; a produção de *commodities*; a pecuária; o desmatamento e a consequente perda da biodiversidade; o uso intenso dos recursos naturais (água, solo, minérios).

Os efeitos mais extremos se manifestam na forma de ondas de calor, secas severas, enchentes intensas, degelo da calota polar, aumento do nível do mar, migrações climáticas forçadas. Os problemas decorrentes não são mais circunscritos aos lugares pobres; eles estão espalhados por todo o Planeta (Francisco, 2015). Os Estados e as grandes corporações são corresponsáveis por esse quadro de mudanças climáticas apontado pela comunidade científica. Os conflitos e expropriações generalizadas e disputas territoriais que se multiplicam e não são solucionados, são meros efeitos da ação deliberada desses dois atores preponderantes nesse processo.

Com o objetivo de contribuir para o debate inter e transdisciplinar sobre a realidade contemporânea do capitalismo e da crise ambiental, o texto destaca dimensões dos conflitos socioambientais e dos impactos sobre a agricultura, num contexto de reconfiguração das relações do poder mundial.

2 O AVANÇO DAS *COMMODITIES* NAS AREAS PERIFÉRICAS E A CRISE AMBIENTAL

O neoliberalismo é aqui entendido como um sistema político que emerge do enfraquecimento das políticas keynesianas, na década de 1970. As políticas neoliberais, sustentadas na antiga crença liberal da “mão invisível” do mercado, ganham visibilidade com a ascensão da primeira-ministra britânica Margareth Thatcher e do presidente estadunidense Ronald Reagan. Papel do Estado, liberalização comercial, dos fluxos financeiros, a investimento estrangeiro direto, privatização de estatais, desregulação da economia e proteção dos direitos de propriedade, esses e outros pressupostos estão todos arrolados na cartilha do Consenso de Washington (1989), e foram empurrados goela abaixo aos países da periferia do capitalismo.¹

Como a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento neoliberal, um dos resultados foi transformar em objetivo das políticas do Estado a ‘expropriação das terras comuns’. Ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital acumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles (Harvey, 2014, p. 130 - 131).

Ao longo da década de 1990 as políticas neoliberais se generalizam e funcionaram como mecanismo de integração da periferia capitalista com os países ricos. Essas políticas demoliram os obstáculos da antiga ordem econômica dos pós-guerra, o que facilitou a ampliação do processo de globalização econômica e financeira antes modestos.

O contexto neoliberal, em razão das facilidades abertas pelo Estado, a exploração dos recursos naturais para transformá-los em *commodities* contribuiu para reconfigurar territórios livres em espaços econômicos privilegiados do capital. A fronteira de expansão passa a se constituir de diferentes espaços especializados em produzir determinados tipos de produtos: grãos e fibras, dendê, cana -de-açúcar e gado. No cenário das *commodities* não-agrícolas (dos diferentes minérios, petróleo, gás) se constata uma geografia assemelhada - todas assentadas em processos produtivos insustentáveis, matriz operacional baseada em combustíveis fósseis e com potencial impacto direto sobre o meio ambiente.

O discurso formal dominante entre os investidores até incorpora certos processos como sustentáveis, porém, na prática, o que se observa é uma destruição em massa, um cenário de terra

arrasada: poluição generalizada, eliminação da biodiversidade, expropriação massiva de sujeitos sociais, os quais representam obstáculo ao “desenvolvimento e progresso”. Essa é uma situação presente no conjunto dos países periféricos do Planeta. Porém, para ilustrar, vamos focar no Brasil, onde, por exemplo, relatórios de entes como INPE, IBGE e CPT, revelam a realidade grave sobre desmatamento, queimadas, contaminação, extermínio de povos indígenas, violências e ameaças contra quilombolas e pequenos produtores. Sobre esses fenômenos, o Brasil tem exercido/exerce um duplo papel, ora se apresenta como o paladino da conservação ambiental, ora como ator incentivador da crise ambiental e aquecimento global.

Quando se examina a performance das atividades econômicas que dão a dinâmica dos setores produtivos mais importante à economia regional, observa-se o equívoco do modelo de desenvolvimento vigente, que há décadas, pouco contribui para a inclusão da população local. Nos últimos de 50 anos a elite política e econômica do país, associada ao capital internacional, fez um esforço notável no sentido de marcar um lugar na história triste de deterioração ambiental, na mudança climática, decorrente do ‘modelo de desenvolvimento equivocado, no qual a exploração de recursos naturais detém um lugar impar na economia regional e na deterioração progressiva do meio ambiente.

Antes do ciclo ascendente das *commodities* (primeira década do século XXI), os biomas da Amazônia, Pantanal e Cerrado receberam volumes significativos de investimentos em atividades do agroextrativismo, extração de minerais; atividades de infraestrutura e hidroelétricas. Esse fenômeno impulsionou o mercado de terras voltado à exploração de culturas estratégicas inseridas na crescente demanda (cana, dendê, soja, milho e carnes). O desdobramento dessa ação orquestrada nos últimos 25 anos de privatizar transformar a natureza em ativo financeiro, se encontra em pleno andamento, independente do governo ser de direita ou esquerda. Os impactos socioeconômicos e ambientais disponibilizados mostram o caráter irreversível.

O avanço expressivo das atividades da agricultura corporativa de larga escala, na Amazônia legal, com suas práticas predatórias e as estratégias de grilagem e invasão de terra públicas, contaminação, queimadas ilegais e expropriação contra povos originários e comunidades tradicionais, denunciam que os biomas impactados estão a caminho de se colapsarem.

A grilagem é uma forma de obtenção de terra por meios ilícitos, que resulta em conflitos fundiários, violência no campo, desmatamento descontrolado e degradação ambiental. Além disso, a grilagem provoca o desmonte do patrimônio público, que prejudica diretamente a capacidade do Estado de implementar políticas agrárias inclusivas e sustentáveis (Esteves; Brito, 2025, p. 9).

Os indicadores das economias regionais *vis-a-vis* as áreas desenvolvidas do Sudeste/Sul, se mostram modestos. Ou seja, ainda que a taxa de crescimento da economia regional tenha sido superior à média do país, isso não se traduziu em desenvolvimento para a população residente. A

explicação se encontra da estrutura produtiva oligopolizada onde sobressaem as economias de enclaves, com baixos níveis de complexidade, que não privilegiam emprego para a população local e nem agregação de valor internamente. Se é verdade que o agronegócio, mineradoras, pecuária viabilizaram a incorporação de milhões de hectares ao processo produtivo regional (sem qualquer responsabilidade social/ambiental), essas também foram cúmplices desse cenário de terra arrasada, posto em prática pelos investidores voltados a exploração de todo tipo de *commodities*.

Historicamente, a agropecuária da Amazônia teve duas atividades de destaque, a pecuária bovina e a lavoura temporária depois dos anos de 1990. A primeira é a campeã da devastação no seu sentido amplo. Com o boom da *commodities* no início do século XXI, a pecuária bovina e a produção de grãos (soja e milho) assumem grande expressão, e ambas seguem desmatando e devastando o meio ambiente. Mesmo existindo outras atividades que contribuem para esse cenário devastador, o fato é que a expansão da área acumulada apenas nessas duas atividades é gigantesca. Os sinais da devastação² que ocorre paralelamente, as colocam no pódio da crise ambiental. Elas foram (e continuam sendo) os responsáveis maiores do desmatamento, das queimadas, no uso de combustíveis fósseis e agrotóxicos, etc. Além de comprometerem, o uso do solo, esgotamento e contaminação dos recursos hídricos; destruição de habitat únicos, novas fronteiras agropecuárias.

A expansão da área ocupada pelas atividades de pecuária, soja, milho e algodão foi exponencial, particularmente nas novas fronteiras agrícolas, ao longo das duas primeiras décadas século atual. São conhecidos os efeitos socioeconômicos e ambientais gerados por essa economia extrativa, sem compromisso com o desenvolvimento regional.

A Amazônia brasileira, sob o *modus operandi* em que se encontra a exploração de recursos naturais, corre o risco de virar savana, se o aquecimento global continuar avançando no ritmo atual. Dada a velocidade do desmatamento, ainda que tenha se reduzido nos últimos 3 anos, a dimensão acumulada pode contribuir para a ocorrência de eventos climáticos severos, e não apenas na Amazônia, mas em outras zonas geográficas. Os recursos hídricos do Pantanal e do Cerrado correm riscos semelhantes, em função do desmatamento e da superexploração do conjunto dos recursos naturais.

Essa expansão capitalista predatória sobre meio ambiente, sem monitoramento e cobrança monetária sobre dano praticado na exploração inescrupulosa, é também a grande responsável pela expropriação dos camponeses presentes nas áreas atingidas, repetindo uma tragédia que acompanha a evolução do capitalismo desde suas origens, como destacado por Marx (2013).

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas acima de tudo, os momentos em que as grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas” (Marx, 2013, p.787 - 788).

A lógica da expansão das formas predatórias de exploração dos recursos naturais se repete e se recria nos diferentes territórios, expropriando as terras de quem já há décadas que habita esses territórios. O estado do Maranhão, cuja trajetória de inserção nos circuitos de acumulação do capital em escala global é longa, constitui um caso exemplar desse tipo de exploração, como se destaca na seção a seguir.

3 DEVASTAÇÃO E VIOLÊNCIA NO CERRADO MARANHENSE

No Maranhão atual, de avanços notáveis do agronegócio, os velhos problemas persistem. O que mudou? No caso dos conflitos agrários e ambientais, foram as estratégias que mudaram. No Cerrado, o que se percebe é a velocidade, a rapidez, a intensidade e o grau de destruição promovido pelo agronegócio, que transforma a biodiversidade do bioma.

Na última década do século XX, após se fazer uma viagem de carro partindo de Imperatriz para São Luís (MA) ou Teresina (PI), era necessário realizar uma boa limpeza do carro, especialmente do para-brisas, uma vez que era grande a quantidade de insetos (abelhas, borboletas, mosquitos) mortos ao se chocarem com o veículo e que ficavam presos à superfície deste. Atualmente, ao se percorrer o mesmo trajeto, o carro fica sujo apenas pela poeira, pela lama e pelas partículas do óleo derramado na estrada pelos caminhões.

Pode-se depreender facilmente que esse fato está relacionado ao intenso processo de devastação³ em curso nos territórios do Estado, especialmente na região considerada “fronteira agrícola” pelos governos federal e estaduais. Se, antes, a devastação atingia alguns locais e propriedades, hoje municípios e regiões inteiras são tomados pelo agronegócio com suas plantações de grãos (soja e milho)⁴. Na região de Imperatriz, são os eucaliptos do grupo Suzano que transformaram a paisagem.

Nas regiões de cultivo de grãos, as organizações têm denunciado com frequência o uso de aviões e de drones para a pulverização das lavouras. Além da destruição da fauna, da flora e de corpos de água, famílias de trabalhadores têm sido atingidas. Quando os pesticidas atingem os corpos, são as mulheres que cuidam das dores e das feridas de seus entes queridos.

Segundo denúncias de organizações,⁵ a prática de pulverização aérea tem sido utilizada também como estratégia do agronegócio para expulsar famílias inteiras de suas terras tradicionalmente ocupadas, nas quais conciliam as atividades da chamada roça e o extrativismo vegetal. A noção de “guerra química”, tomada emprestada de Rachel Carson (1969) na década de 1960, vem sendo utilizada para analisar essa situação.⁶

Em visitas ao município de Brejo (MA), ouvem-se dos moradores muitos relatos sobre os problemas ambientais, em que destacam que os bacurizeiros e as espécies nativas do Cerrado estão sendo devastadas. O mesmo se sucede em outros tantos municípios inseridos nesse bioma.

Nesse cenário de violências, saíram de cena os pistoleiros, com seus revólveres e capangas, e entraram as tecnologias, que, aliás, são muito mais nocivas e prejudiciais à saúde, pois atingem todos os seres vivos, compreendendo um vasto território.

As águas poluídas do rio Itapecuru chegam a São Luís pelo aqueduto do sistema Italuís, responsável por 65% do abastecimento de água encanada da capital do estado⁷. A poluição em São Luís anuncia uma tragédia para as famílias, com um elevado índice de crianças autistas no município, conforme o relato de uma mãe que tem um filho autista. Essa relação Vandana Shiva (2024) nos ajudar a esclarecer:⁸

Como somos mais bactérias do que humanos, **quando os venenos que usamos na agricultura chegam ao nosso intestino por intermédio dos alimentos que consumimos, eles podem matar bactérias benéficas.** Nossos micróbios intestinais processam os alimentos que comemos e os transformam em nutrição para nosso corpo e nosso cérebro. A biodiversidade do nosso microbioma intestinal desempenha as funções ecológicas vitais de fornecer e absorver nutrientes, proteger contra agentes patogênicos, manter as barreiras que filtram o que é benéfico e o que é prejudicial à saúde e transformar nossos alimentos nos diversos químicos e enzimas que os mantêm. O microbioma participa de processos vitais, como digestão, homeostase energética e metabolismo, síntese de vitaminas e outros nutrientes, desenvolvimento e regulação da função imunológica. Também contribui para a produção de numerosos compostos que entram na nossa corrente sanguínea e afetam vários tecidos e órgãos do nosso corpo (Shiva, 2028, p. 226).

A cientista segue explicando que

As bactérias do nosso intestino produzem três aminoácidos aromáticos (tripofano, tirosina e fenilalanina) pela via do ácido chiquímico. Como as nossas células não têm essa via, elas próprias são incapazes de produzir esses nutrientes; **dependemos das nossas bactérias intestinais para fazer isso. Esses aminoácidos essenciais são precursores dos neurotransmissores** (dopamina, serotonina, melatonina e adrenalina, assim como do hormônio tireoidiano, do folato e da vitamina E). **A morte das nossas bactérias intestinais leva a deficiências nessas importantes moléculas biológicas e prejudica nossas funções neurológicas.** Dados dos Centros de Controle de Doenças dos Estados Unidos mostram que, com base nas tendências atuais, uma em cada duas crianças apresentará sinais de autismo nas próximas décadas no país. (Shiva, 2028, p. 226-227, grifo nosso).

Se, para os governos e seus planejadores, o bioma Cerrado é a última “fronteira agrícola”, para Guimarães Rosa, em sua obra Grande sertão: veredas, o Cerrado é o local onde os cercos não se fecham, não existem fechos, cercas, as terras são livres⁹. O Sertão está por toda parte, é um lugar

cheio de mistérios, de histórias, de pactos e acordos com o sobrenatural, com o diabo, onde as pessoas enriquecem, se transformam, desaparecem...

Olhando para o mapa do Brasil, o bioma Cerrado é como se fosse a coluna vertebral do país, de Goiás ao Piauí, conectando distintos biomas, cujas terras foram sendo cercadas, tomadas e apropriadas de modo ilegal ao longo das últimas décadas. Porto-Gonçalves destaca a complexidade ecológica, a rica biodiversidade, os inúmeros povos e a relevância hídrica do Cerrado para o país: “se constituem na mais importante área de **recarga hídrica de todo o país**, assim como uma das maiores reservas de água doce do mundo, onde nascem importantes rios do Brasil.” (Porto-Gonçalves, 2019, p.32, grifo nosso).¹⁰

A despeito de sua imprescindibilidade para o equilíbrio ecológico e para garantia de disponibilidade de água potável no território nacional, o Cerrado vem sendo explorado de forma intensa, sob lógica da transformação imediata de recursos naturais em riqueza mensurável pelos parâmetros da lucratividade do capital. De acordo com Relatório anual do desmatamento no Brasil do Mapbioma (2023), o bioma Cerrado representava 61% da área desmatada e, somado à Amazônia, atingia 86%. De quase toda área desmatada (97%), o principal vetor foi a agropecuária. Em 2023, o que se desmatou na região conhecida como Matopiba, que inclui o Maranhão, ultrapassou a soma da área desmatada dos sete estados amazônicos, com cerca de 859 mil hectares. Estão no bioma Cerrado dois terços (33) dos 50 municípios que mais desmatam no conjunto do país. Todos os municípios com maior área desmatada nesse ano pertenciam ao Matopiba. O RAD também detecta que apenas 4,04% de toda área desmatada no país nos últimos cinco anos não tem indícios de ilegalidade. Em 2023 quando o sistema de fiscalização voltou a funcionar detectou-se que em cerca de 93% da área desmatada teve pelo menos um indício de irregularidade.

Considerando que os motores dessa exploração predatória na periferia do capitalismo estão diretamente associados ao atendimento da demanda internacionais por *commodities*, num processo de acumulação de capital em escala global, comandado pelos países centrais, quais perspectivas se colocam para o enfrentamento da crise ambiental resultante desse processo no atual cenário? A cooperação sul-sul e a liderança da China no rearranjo do poder global poderiam ser uma alternativa promissora?

4 O SUL GLOBAL E A CHINA EM UM MUNDO MULTIPOLARIZADO

Devido ao seu passado como colônia explorada e oprimida e à sua experiência de humilhação nacional, a China socialista se considera parte integrante do Sul Global, uma perspectiva que norteia a política externa da República Popular da China.

A Revolução Chinesa de 1949 representou um salto gigantesco no padrão de vida da população chinesa. Seu caráter transformador aboliu todas as estruturas feudais, e a reforma agrária redistribuiu cerca de 70 milhões de mu (15 mu = 1 hectare de terra), beneficiando 300 milhões de camponeses sem-terra gratuitamente. Entre outros ganhos, esses camponeses foram libertados do pesado fardo rentista de pagar (no total) cerca de 30 milhões de toneladas de grãos anualmente aos latifundiários. A propriedade da terra por latifundiários, que havia sido a base do sistema feudal chinês por vários milhares de anos, foi eliminada antes do final do primeiro ano da revolução.

Desde a implementação das reformas econômicas lideradas por Deng Xiaoping em 1978, o desenvolvimento social, econômico, tecnológico, científico e da infraestrutura da China tem sido surpreendente em sua qualidade e vertiginoso em sua velocidade, em comparação com os processos de desenvolvimento dos países ocidentais.

A novidade das reformas econômicas de Deng reside na reestruturação da economia chinesa, que combinou harmoniosamente o planejamento socialista com uma expansão significativa dos mecanismos de mercado, incluindo investimentos estrangeiros substanciais. Seu princípio orientador tem sido o desenvolvimento econômico voltado para o rejuvenescimento da nação, com o objetivo de alcançar o resultado ideal, especificamente, melhorar o padrão de vida da maioria da população. O fortalecimento econômico resultante das reformas também incluiu o desenvolvimento das capacidades defensivas da China contra as inevitáveis agressões do imperialismo.

Desde 1949 até a década de 1970, a China socialista manteve uma postura de forte apoio revolucionário às lutas dos povos da Ásia, África e América Latina, ou o “Terceiro Mundo”, como era conhecido até recentemente. A visão de Mao era de que o Terceiro Mundo (Ásia, África e América Latina) constitui a principal força de combate ao colonialismo, ao imperialismo e à hegemonia. A China era um país socialista subdesenvolvido pertencente ao Terceiro Mundo. Em 1957, Mao identificou as “forças dos países que desfrutam de independência nacional, juntamente com os movimentos de libertação nacional na Ásia, África e América Latina”, sendo que o Partido Comunista Chinês defende ativamente o apoio e o desenvolvimento de relações amistosas com estes últimos.¹¹

Todos esses fatores convergiram nos projetos de política externa da China, mas, na China do século XXI, o conceito central que norteia suas relações exteriores é a construção de uma comunidade global com um futuro compartilhado. O conceito intelectual defendido por Xi Jinping é que,

como a globalização não é apenas inevitável, mas uma realidade tangível, todos os países são interdependentes, todos iguais em seu direito soberano de existir, e, ao mesmo tempo, todos devem se respeitar mutuamente. Xi Jinping expressa isso da seguinte forma: “Os países podem diferir em tamanho, força ou nível de desenvolvimento, mas são todos membros iguais da comunidade internacional, com direitos iguais de participar dos assuntos regionais ou internacionais”.

Em outras palavras, as civilizações são únicas, mas nenhuma é superior a outra, e a cooperação permite que se beneficiem reciprocamente das forças de cada uma, para que todas as nações possam prosperar por meio da aprendizagem mútua e do desenvolvimento comum. É a partir desse conceito que a China desenvolve uma política externa “ganha-ganha”, derivada dos benefícios da divisão global do trabalho.

Os Estados Unidos, contudo, são guiados em suas relações internacionais pela ideia de “excepcionalismo americano” ou, mais claramente, “supremacia americana”, e se consideram a “nação indispensável” porque sua liderança global “inevitável” garantiria o progresso da democracia e o bem-estar de toda a humanidade. Em outras palavras, os Estados Unidos são superiores (“o maior país que já existiu”) e, por definição lógica, todos os outros países são inferiores ou menos grandiosos. Essa faceta do império americano foi exponencialmente exacerbada após a queda do Muro de Berlim, o colapso do bloco socialista do Leste Europeu e a dissolução da União Soviética entre 1989 e 1991.

Portanto, não pode haver igualdade entre as nações, e as relações políticas, econômicas e todas as demais relações com outros países produzem um resultado de ganha-perde: alguns países perdem e outros ganham. Essa é a realidade do colonialismo e do imperialismo global desde o século XVI, que transformou a economia mundial em uma interação de vencedores e perdedores. O escritor uruguaio Eduardo Galeano formulou esse problema de maneira quase poética: “A divisão internacional do trabalho consiste em alguns países se especializarem em ganhar e outros em perder” (Galeano, 1994, p. 15).

Foi essa concepção, formulada por Xi Jinping, que orientou a postura da China em relação ao que antes era o Terceiro Mundo, agora o Sul Global. Em diversos fóruns internacionais, Xi Jinping, representando a China, que se considera membro integral e natural do Sul Global, explicou por que a China defende a causa do Sul Global. Nesse sentido, a China apresentou três propostas como estruturas para contribuir com o desenvolvimento do Sul Global: a Iniciativa de Desenvolvimento Global (2021), a Iniciativa de Segurança Global (2022) e a Iniciativa de Civilização Global (2023). Todas visam fortalecer o Sul Global, buscando criar uma ordem internacional mais justa e equitativa — missões sagradas dos países do Sul Global.

Antes de mais nada, o Sul Global é muito mais do que um termo puramente geográfico ou econômico; é, na verdade, uma comunidade de mercados emergentes e países em desenvolvimento

que compartilham experiências, estágios de desenvolvimento e objetivos semelhantes. Sua estruturação como grupo teve início com a Conferência de Bandung, em 1955, que despertou a consciência para a solidariedade, a amizade e a cooperação do Sul Global após séculos de domínio colonial ocidental. O Grupo dos 77 foi estabelecido na ONU em 1964 para promover a cooperação Sul-Sul e buscar uma nova ordem econômica internacional. Apesar do crescimento e desenvolvimento econômico fenomenal que a China experimentou nas últimas décadas, o país ainda enfrenta desafios e compartilha visões semelhantes às do Sul Global em relação à ordem mundial atual.

Por essa razão, a China emergiu como uma forte defensora dos direitos e interesses legítimos dos países do Sul Global. Para Xi Jinping e a China, alcançar o desenvolvimento é a chave para a solução de todos os problemas, especialmente a pobreza. Na Assembleia Geral da ONU de 1976, o presidente Xi Jinping propôs a Iniciativa Global para o Desenvolvimento¹² Como política destinada a fomentar o desenvolvimento sustentável, a China tem promovido a cooperação prática por meio de projetos de infraestrutura de grande escala no âmbito da Iniciativa Cinturão e Rota¹³ (o porto de Chancay, no Peru, a usina de Dushanbe, no Tadjiquistão, e o porto de Colombo, no Sri Lanka).

Além disso, sob sua liderança, a China defende que o Sul Global deve ser a força motriz para o desenvolvimento comum, que nenhum país deve ficar para trás no caminho da modernização e que os países do Sul Global devem trilhar seus próprios caminhos de modernização, adequados às suas condições nacionais específicas, em vez de seguirem os modelos de desenvolvimento ocidentais. Nesse contexto, a China, graças ao seu desenvolvimento industrial e tecnológico, pode desempenhar um papel positivo e apoiar a modernização de várias regiões do Sul Global.¹⁴ Um aspecto decisivo dessa vocação da China é que, em 2025, o país se tornou o principal parceiro comercial de 157 países¹⁵ e seu impacto benéfico foi fortemente sentido no Sul Global, ou seja, na Ásia, África e América Latina.

5 CONCLUSÃO

O cenário relacionado aos problemas socioambientais que se constata na periferia do mundo capitalista e, em particular, na Amazônia e no Cerrado brasileiros, não é nada animador. Ao longo dos últimos cinquenta anos só tem se agravado, enquanto diversas cúpulas e fóruns internacionais são realizados, sem grandes resultados práticos. A comunidade científica internacional já mapeou os problemas e já sugeriu soluções e processos mitigadores, no entanto, ações afetivas de enfrentamento são postergadas são deixadas para depois, e dessa forma os vetores maiores que constituem as causas da crise continuam sem um real enfrentamento, enquanto vão se acumulando os danos em escala global.

Os países ricos e industrializados são os grandes poluidores, maiores predadores socioambientais na periferia africana e latino-americano. E, são também os menos afetados pelo efeito estufa, por conta de sua geografia climática (zona temperada). Os grandes *players* internacionais (quase todos originários desses países), ainda que conheçam essa realidade, não estão dispostos a perder mercados e, portanto, lucros para os seus concorrentes. Com o *boom* das commodities dos anos 2000, a periferia capitalista da África e da América do Sul passa a se constituir em polos essenciais de acumulação do capital financeirizado. Assim, todos os setores e atividades importantes voltados à exploração e exportação de recursos naturais estão sob seu controle, não importa o espaço territorial onde se localizem.

Na Amazônia as cadeias produtivas de grãos, carne, biocombustível, celulose, geração e distribuição de energia, extração comercialização de minérios estão repletas de companhias/ banca internacional sediada nos Estados Unidos, comunidade econômica europeia, Japão e agora também a China. Essas mesmas companhias são as responsáveis pelos milhares de quilômetros quadrados de área desmatada ano após ano; responsáveis também pela poluição de rios e lagos, extinção da biodiversidade, invasão de terras públicas e de territórios de povos indígenas; responsáveis pela expropriação de comunidades tradicionais. São os países ricos, do núcleo do mundo capitalista, e seus oligopólios globais os primeiros a montar *lobbies* poderosos que agem nos fóruns e na estrutura dos governos para não evitar o enfrentamento dos problemas criados por eles mesmos, na fronteira de acumulação da periferia.

Também não se consegue avançar as propostas de taxação de agentes poluidores, por exemplo. A razão se encontra na geopolítica ambiental complexa, controlada pela lógica capitalista, que não admite o estabelecimento de limites para sua acumulação. São os interesses do Norte global que predominam nos fóruns internacionais, nos quais os países ricos se recusam a pagar a conta dos problemas gerados desde a revolução industrial. Claramente, a crise ambiental não se deve ao elevado crescimento demográfico, ou seja, ao número de pobres no mundo, como era usual ser dito até a década de 1980.

As opções de que se dispõe nos dias atuais não parecem muito promissoras de um futuro seguro para vida no Planeta. No entanto, não se pode desconsiderar o potencial de uma reorganização do poder global, a partir da articulação dos países do Sul Global e do papel geopolítico da China. Ainda que, a despeito dos esforços de organismos supranacionais, o cenário predominante no mundo insista em nos remeter à ideia de distopia (um “lugar de difícil existência”), há que se trabalhar pela utopia de um mundo digno de ser vivido, com justiça, equidade e sabedoria na interação com as demais formas de vida da Terra.

REFERÊNCIAS

- A CONCISE. **History of the Communist Party of China**. Beijing: Central Compilation and Translation Press, 2021.
- A CONCISE. **History of the Communist Party of China**. Beijing: Foreign Languages Press, 1994.
- ALMEIDA, A.W. B de; SHIRAISHI NETO, J; MARTINS, C. C. **Guerra ecológica nos babaçuais: o processo de devastação dos palmeirais, a elevação do preço de *commodities* e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia**. São Luís: Lithograf, 2005.
- BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e colonialismo químico**. São Paulo: Elefante, 2023.
- BRUNDTLAND, G. H (org.). **Nosso futuro comum**. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- CARSON, R. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- ESTEVES, L.; BRITO, B. **Existe punição para grilagem na Amazônia? Uma análise de decisões judiciais em ações criminais** [livro eletrônico]. Belém: Imazon, 2025. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/existe-punicao-para-grilagem-na-Amazônia>.
- FRANCISCO, Papa. **Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum**. Vaticano: Santa Sé, 2015.
- GALEANO, E. **Las venas abiertas de América Latina**. Montevideo: Siglo XXI Ediciones, 1994.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- LÖWY, M. **Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: alternativa ecossocialista**. Dossiê, 2013.
- MARX, K. **O capital**. Livro I: **O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- PORTO-GONÇALVES, W. C. **Dos Cerrados e de suas Riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico**. Rio de Janeiro e Goiânia: FASE e CPT, 2019. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/12/PUBLICACAO_CERRADO-2.pdf Acesso em 13 ago. 2025.
- ROSA, J. G. **Grande sertão: veredas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SHIVA, V. **Terra Viva**. Minha vida em uma biodiversidade de movimentos. São Paulo: Boitempo, 2024.
- SOUZA PEREIRA, J. B. *et al.* Exposição ao praguicida glifosato e a ocorrência do transtorno do espectro autista: existe associação? **Saúde e Pesquisa**, v.16, n.1, 2023. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2023/07/1438131/11402-publicacao-65532-2-10-20230526.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2025.
- WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. São Paulo: Elefante, 2020.

Notas

¹ As principais recomendações do Consenso de Washington adotadas pelos países latino-americanos: disciplina fiscal, redirecionamento dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização das taxas de juros, uma taxa de câmbio competitiva, liberalização comercial, liberalização do investimento estrangeiro direto, privatização de estatais, desregulação da economia e proteção dos direitos de propriedade.

² “Quais os sinais deste processo destrutivo do processo de acumulação capitalista em escala global? Eles são múltiplos e convergentes: crescimento exponencial da poluição do ar nas grandes cidades, da água potável e do meio-ambiente em geral; início da destruição da camada de ozônio; destruição, numa velocidade cada vez maior, das florestas tropicais e rápida redução da biodiversidade pela extinção de milhares de espécies; esgotamento dos solos, desertificação; acumulação de resíduos, notadamente nucleares (alguns com duração de milhares de anos), impossíveis de controlar; multiplicação dos acidentes nucleares” (Lowy, 2013, p. 7)

³ Em **Guerra Ecológica nos Babaçuais** (2005), Almeida; Shiraishi Neto; Martins identificavam o processo de devastação das florestas de babaçu, decorrente da elevação do preço das *commodities* e o aquecimento do mercado de terras na região.

⁴ Os estudos de Wallace (2020) são leituras obrigatórias para compreender a associação dos monocultivos, doenças infecciosas e pandemia.

⁵ Entre os documentários, sugerimos: **Terra contaminada, vida ameaçada**: Timbiras livre de Agrotóxicos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q0cZy00H2SU>. Acesso em 13 de agosto de 2025. Ver também decisão proferida na ACP envolvendo esse caso (Processo n. 1006950-18.2025.4.01.3702, Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Caxias-MA).

⁶ Ver também Bombardi (2023).

⁷ VEJA como funciona o sistema de abastecimento de água de São Luís. **Globo.com, G1 MA**, 19 nov. 2023. Com informações da TV Mirante. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2013/11/veja-como-funciona-o-sistema-de-abastecimento-de-agua-de-sao-luis.html>. Acesso em: 23 jul. 2025.

⁸ Ver também Souza Pereira et al. (2023).

⁹ ROSA, João Guimarães. **Grande sertão**: veredas. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

¹⁰ Mesmo tendo conhecimento científico sobre a interdependência e a complementariedade dos biomas, no Maranhão, o governo decidiu dividir o zoneamento ecológico-econômico em duas partes, que originaram 2 dispositivos legais distintos. A constitucionalidade da Lei 11.629/ 2000, que dispõe sobre o zoneamento ecológico-econômico do bioma Amazônia, é objeto de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (Processo n. 916553/2025).

¹¹ A Concise History of the Communist Party of China, Foreign Languages Press, Beijing, 1994, p 589.

¹² Global Development Initiative, disponível em: <http://en.chinadiplomacy.org.cn/gdi/index.shtml>.

¹³ Portal de la Franja y la Ruta. Disponível em: <https://esp.yidaiyilu.gov.cn/>. Acesso em: 2/set2025.

¹⁴ Xi Jinping champions the cause of Global South, China Daily, 3 julio 2025. Disponível: https://www.chinadaily.com.cn/a/202507/03/WS6865f3bca31000e9a5739eec_1.html. Acesso em: 2/set2025.

¹⁵ Fabián Pizarro, China se sitúa entre los tres principales socios comerciales de 157 países y regiones, Descubriendo China, 25 agosto 2025. Disponível em: <https://www.descubriendochina.org/post/china-se-sit%C3%BAa-entre-los-tres-principales-socios-comerciales-de-157-pa%C3%ADses-y-regiones>. Acesso em: 2/set2025.